

Tribunal da Relação

Secção de Família e dos Menores

Acórdão n.º 2026/45.3T8LSB

Data: 12 de fevereiro de 2026

Processo n.º 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Requerente: Maria da Conceição Silva, residente em Rua da Boavista, 45-2.º Esq., 1200-066 Lisboa, NIF 219 876 543

Representada por: Dr.ª Ana Sofia Martins, OAB 12345

Requerido: José António Pereira, residente em Avenida da República, 78-3.º Dto., 4100-213 Porto, NIF 125 334 789

Representado por: Dr. Luís Fernando Carvalho, OAB 67890

Juiz a quo: Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

RELATÓRIO

1. Procedência da ação de primeira instância

O Juízo a quo, em sentença datada de 20 de outubro de 2025, julgou procedente o pedido formulado por Maria da Conceição Silva, determinando a modificação da guarda da menor Ana Sofia Pereira (nascida a 5 de maio de 2018), passando a guarda exclusiva ao requerente, com visitas supervisionadas ao pai, limitadas a duas vezes por mês, e fixação de pensão de alimentos no valor de € 350,00 mensais.

2. Apresentação do recurso

O réu, inconformado com a decisão, interpôs recurso de apelação, dentro do prazo legal, por intermédio do seu mandatário, Dr. Luís Fernando Carvalho, alegando, entre outros fundamentos, a inexistência de prova suficiente da alegada instabilidade emocional da menor, a violação do princípio da igualdade entre os genitores e a desnecessidade de visitas supervisionadas.

3. Admissão e processamento do recurso

O recurso foi admitido e processado nos termos do artigo 562.º do Código de Processo Civil, tendo sido ordenada a intimação das partes para apresentação de memoriais. Os autos foram remetidos à Secção de Família e dos Menores para julgamento colegial.

FUNDAMENTAÇÃO

I – Do princípio do melhor interesse da criança O Tribunal reitera que, nos processos de regulação de responsabilidades parentais, o princípio do melhor interesse da criança constitui o parâmetro de decisão preponderante (art. 3.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Portugal). Tal princípio impõe a análise de todos os elementos fáticos e probatórios que possam influenciar o bem-estar físico, psicológico e emocional da menor.

II – Da prova da instabilidade emocional A sentença de primeira instância fundou-se em laudos psicológicos elaborados pela psicóloga clínica Dra. Sofia Mendes (N.º 2025/07/12), que constatarem sinais de ansiedade e insegurança na menor, associados à mudança frequente de residência do pai e à falta de cumprimento regular do regime de visitas. O recurso não juntou novos pareceres ou contraprovas que desqualifiquem ou refutem os referidos laudos, limitando-se a impugnar a sua validade por suposta parcialidade, sem apresentar elementos concretos que sustentem tal alegação. Assim, o Tribunal entende que a prova apresentada é suficiente e idônea para a formação de convicção.

III – Da necessidade de visitas supervisionadas A jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão n.º 123/2022) estabelece que, quando existam indícios de que o contacto direto possa prejudicar a estabilidade emocional da criança, as visitas supervisionadas constituem medida cautelar adequada. No presente caso, a própria psicóloga recomendou a supervisão das visitas, justificando que a menor demonstra medo ao aproximar-se do pai sem a presença de um terceiro de confiança.

IV – Da igualdade entre os genitores O recurso invoca o princípio da igualdade parental, porém tal princípio não é absoluto e deve ser ponderado face ao melhor interesse da criança. A jurisprudência (Acórdão da Secção de Família da Relação de Lisboa, 2023/08) reconhece que a igualdade pode ser relativizada quando um dos genitores, por sua conduta, coloca em risco a estabilidade da menor. As reiteradas faltas ao regime de visitas, aliadas à mudança unilateral de residência, justificam a decisão de atribuir a guarda exclusiva à mãe.

V – Da pensão de alimentos O valor da pensão fixado em € 350,00 mensais corresponde a 15 % dos rendimentos líquidos do pai, nos termos do artigo 1921.º do Código Civil, adequando-se ao princípio da proporcionalidade e às necessidades da menor, que incluem despesas de educação, saúde e lazer.

DISPOSITIVO

1. Rejeita-se o recurso de apelação interposto por José António Pereira, nos termos do artigo 562.º, n.º 2, do Código de Processo Civil.

2. Mantém-se integralmente a sentença de primeira instância, proferida pelo Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa, datada de 20 de outubro de 2025, que:

- **a)** Atribui a guarda exclusiva da menor Ana Sofia Pereira a Maria da Conceição Silva;
- **b)** Estabelece o regime de visitas ao pai, limitado a duas (2) vezes por mês, **sob supervisão** da psicóloga clínica Dra. Sofia Mendes ou outro profissional designado pelo Tribunal;
- **c)** Fixou a pensão de alimentos a **€ 350,00 (trezentos e cinquenta euros)** mensais, a ser paga até ao quinto dia útil de cada mês, mediante transferência bancária para o IBAN PT50 1234 5678 9012 3456 7890, titular da conta da requerente;
- **d)** Determina a comunicação imediata ao Serviço de Proteção à Criança e à Juventude (SPCJ) da Comarca de Lisboa, para acompanhamento da situação familiar.

3. Custas processuais – As custas do recurso são arbitradas em €150,00, sendo o réu condenado ao seu pagamento, nos termos do artigo 84.º, n.º 1, do Código de Processo Civil.

4. Regime de execução – O presente acórdão será notificado às partes, ao Ministério Público e ao Serviço de Proteção à Criança e à Juventude, devendo ser cumprido no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de execução coerciva.

5. Publicação – O presente acórdão será publicado no Diário da República, seção I, e inserido no Boletim de Informação Judicial.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

Juiz Presidente da Secção de Família e dos Menores
Dr.ª Maria João Duarte

Juiz Relator
Dr. Carlos Alberto Ribeiro

Juiz Voto
Dr.^a Sofia Lúcia Mendes